

A CIDADE DE SÃO PAULO COSMOPOLITA: racismo e exclusão social, 1890–1920

PAULO KOGURUMA*

ATUALMENTE, POR VOLTA DO DIA 8 DE DEZEMBRO, milhares de pessoas de variadas origens étnicas dirigem-se da cidade de São Paulo para o litoral paulista, a fim de prestar homenagens e render culto a *Iemanjá*, a *Senhora dos Mares*, *Orixá* de *Umbanda*¹. Essas pessoas levam para a orla marítima flores, velas, perfumes, pentes, fitas coloridas, espelhos, cosméticos, champanha, trajes rituais, atabaques, danças, cânticos, *comidas-de-santo* e, sobretudo, a sua fé. Ao longo das praias, forma-se um cinturão luminoso de velas, espaço sacralizado onde os umbandistas armam os seus *congás* para efetuar suas práticas mágicas sob o clarão da lua e das velas e, ao lado dos espíritos dos “ancestrais” incorporados em seus *filhos*, rogar pelas bênçãos da *Senhora dos Mares*, enquanto os atabaques soam ruidosamente.

Ao final do ano, certos municípios do litoral paulista próximos à cidade de São Paulo, tais como o de Praia Grande, transformam-se em locais onde se pode notar a presença de uma certa religiosidade permeando as atitudes e os comportamentos de milhares de pessoas que neles se reúnem para satisfazer os ditames de suas devoções. Nesses pontos da orla marítima, podem ser apreciadas as festivas manifestações dos rituais mágico-religiosos realizados pelo enorme

* Mestre em História Social e doutorando junto ao Depto. de História da FFLCH/USP.

1. FERNANDES, Rubem César. Aparecida: nossa rainha, senhora e mãe, saravá! In: SACHS, Viola (org.). *Brasil & EUA religião e identidade nacional*, Rio de Janeiro: Graal, 1988, p. 104.

contingente de umbandistas que mora na cidade de São Paulo: a devoção dos umbandistas paulistanos a Dona Janaína mostra-nos que as práticas e representações dos cultos afro-brasileiros marcam profundamente as atitudes e os comportamentos de alguns milhares de habitantes da Paulicéia. Trata-se de um fenômeno que retrata as complexidades das configurações tomadas pelas esferas do sagrado e do mágico, no tenso ambiente cosmopolita da grande metrópole moderna.

A complexidade histórica das configurações dos elementos socioculturais das religiosidades afro-brasileiras permite que reflitamos sobre a existência de sistemas de conhecimento, formas de pensar, experiências vividas, ritmos sociais e temporalidades existentes em nosso país, cujos aspectos se afastam dos componentes inerentes à racionalidade e à lógica do sistema capitalista, embora também sejam parte constitutiva das contradições, das ambigüidades e das tensões de uma sociedade que está imersa nos fluxos e nos ritmos do moderno sistema de produção e consumo de mercadorias e de serviços: o desdobrar histórico das religiosidades afro-brasileiras permeou e permeia as diversas “estratégias” e “artimanhas” de sobrevivência de um grande número de indivíduos em diversas regiões e cidades brasileiras. Podemos afirmar que essas religiosidades também fazem parte do dia-a-dia dos movimentados ambientes dos centros urbanos brasileiros.

Entretanto, do ponto de vista da modernidade imaginada e desejada por alguns setores das elites dominantes para o conjunto da sociedade brasileira, as atitudes e comportamentos da população relacionadas a essas “sínteses” do acervo das tradições afro-brasileiras demonstrariam a “ignorância” e a “superstição” a que se sujeitaria um grande número de indivíduos de nossa sociedade, em especial aquelas pessoas pertencentes às classes subalternas. Para esses setores “ilustrados”, sintonizados com a “modernidade”, tal qual ela se configura na atual “ordem mundial”, a presença de elementos relacionados às matrizes culturais de origem africana em terras brasileiras constituir-se-ia num sintoma do “atraso” e do “subdesenvolvimento” da nação, em um enorme empecilho para que o Brasil se integre ao vertiginoso movimento dos fluxos, ritmos e demandas impostas pelos ditames da competição de uma ordem econômica que se entende e se quer mundializada.

Uma década atrás, um editorial do jornal o Estado de São Paulo, quando do falecimento de uma famosa e popular Mãe de Santo do candomblé baiano, Mãe Meninha do Gantois, convocava a opinião pública a “refletir” sobre o entrelaçamento do mundo da cultura com o da política, bem como sobre esforços “necessários” para integrar o país às exigências do certame de competição econômica e tecnológica entre as nações no contexto da ordem mundial:

Diante do cortejo imenso e de importância política que presenças ilustres deram ao ato [o funeral], resta-nos raciocinar sobre o imenso esforço de educação que é necessário para que o Brasil se transforme numa nação moderna, em condições de competir com os maiores países do mundo. A importância exagerada dada a uma sacerdotisa de cultos afro-brasileiros é a evidência mais chocante de que não basta ao Brasil ser catalogado com a oitava maior economia do mundo, se o País ainda está preso a hábitos culturais arraigadamente tribais. Na era do 'chip', no tempo da desenfreada competição tecnológica, no momento em que a tecnologia desenvolvida pelo homem torna a competição de mercados uma guerra sem quartel pelas inteligências mais argutas e pelas competências mais especializadas, o Brasil, infelizmente, exhibe a face tosca de limitações inatas, muito dificilmente corrigíveis por processos normais de educação a curto prazo. Enquanto o mundo lá fora desperta para o futuro, continuamos aqui presos a conceitos culturais que datam de antes da existência da civilização.²

Atentando para uma das facetas dessa complexidade histórica, devemos assinalar que algumas das circunstâncias históricas que cercam essas preconceituosas considerações acerca das práticas e crenças afro-brasileiras mergulham nos valores exalados pelo imaginário do universo burguês do mundo europeu de finais do século XIX e início do século XX. Assim, gostaríamos de enfatizar aqui a recorrência e reelaboração de um “antigo” discurso, bem como de suas representações de um determinado ordenamento social excludente. A persistência desse discurso em nossa sociedade permite que nos lembremos da historicidade que permeia certos fenômenos presentes em nossa época, tais como a sutil configuração do racismo no Brasil e suas sofisticadas formas de discriminação racial. A configuração desses fenômenos foi marcada por certas linhas de força que foram predominantes na construção histórica das identidades e diferenças da sociedade brasileira.

Estudar as práticas religiosas e devoções populares permite que apreendamos as especificidades históricas das reelaborações de elementos culturais provenientes das mais diversas origens, que, aparentemente, foram “subjugados”, “fragmentados” e “destruídos” (inclusive do substrato cultural “folclórico” das sociedades européias ocidentais) pela expansão e intensificação da racionalidade técnica do sistema capitalista em escala mundial, mas que, no entanto, insistem em apresentar-se diante de nossos olhos sempre renovados e reelaborados, ou melhor, que insistem em marcar a presença e a resistência de suas tradições

2. Apud SILVA, Vagner Gonçalves. *Orixás da Metrópole*. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 19–20.

originárias nos quadros da sociedade brasileira. Tem-se a impressão de se estar diante de uma espécie de cadinho sociocultural, em que as práticas mágicas, ritos, doutrinas e prescrições, pertencentes aos legados culturais de africanos, indígenas e europeus³, que num determinado momento da história foram rejeitados e estigmatizados majoritariamente pelas elites dominantes, se encontraram e se interpenetraram para formar o núcleo de uma religião de caráter popular que se moldou ao sabor das contingências e vicissitudes do desdobrar histórico de nossas estruturas socioculturais.

Nos anos finais de século XIX e nas décadas iniciais do século XX, as questões sociais, raciais e culturais referentes à presença da população negra e mestiça em solo brasileiro imiscuíam-se nos assuntos referentes aos “projetos” dos setores dominantes quanto à constituição de uma sociedade civilizada no Brasil. As elites republicanas procuravam encaminhar-se para trilhas do progresso e sendas da civilização, adotando as premissas do espírito técnico-científico “exportado” pelas sociedades europeias ocidentais ao longo da maior parte do século XIX. Procurava-se estabelecer sólidos alicerces, sobre os quais poderia ser construída uma nação forte e poderosa, que figurasse com altivez no teatro da modernidade das nações ocidentais. Esses alicerces deveriam ser assegurados pelo conhecimento racional e científico. Para as elites dominantes daquele período, “os modelos científicos da época significavam uma nova forma — secular, materialista e moderna — de compreensão do mundo”⁴.

As teorias científicas, tanto as de cunho evolucionista quanto as de caráter determinista, utilizadas como parâmetros de análise social no Brasil, continham explícita ou implicitamente o fator raça como elemento explicativo das diferenças entre as diversas nações e povos do planeta. As tensões das discussões em torno da questão racial, os debates quanto à presença das populações de origem negra no país, os ataques contra as práticas socioculturais e as crenças dessas populações, os impasses colocados para as elites dominantes brasileiras pela miscigenação entre brancos, negros e indígenas, bem como pelo ideal de

3. DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*, 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. No capítulo “A magia da sobrevivência: patuás cuités e sururucas”, a autora mostra o cadinho das práticas mágico-religiosas que, ligadas à sobrevivência cotidiana, perpassavam as atividades das mulheres pobres na cidade de São Paulo oitocentista. Entre essas práticas, encontravam-se as artes de feitiçaria e macumbas africanas (p. 241).

4. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil — 1870–1930*, São Paulo: Cia. das Letras, 1993, p. 41.

“branqueamento” da nação, mostram-nos os encontros e desencontros que a questão racial engendrava no pensamento dos ilustrados membros das elites dominantes e as tensões que permeavam a configuração dos diversos saberes de caráter científico que envolviam o seu imaginário.

Os referenciais de tais saberes, que a ciência entronizava no cume da busca da perfectibilidade, no mais alto grau de desenvolvimento alcançado pela civilização moderna, cujos padrões e valores estavam no cerne mesmo da política colonialista dos países europeus, disseminavam-se na sociedade brasileira, ao mesmo tempo que o crescente avanço da ciência sobre a realidade e as diversas discussões sobre a questão racial iam ocupando espaço nos jornais daquele período. Nos editoriais e nas diversas seções dos jornais paulistanos, como o *Correio Paulistano* ou *O Estado de São Paulo*, as tensões das discussões científicas sobre a questão racial tomavam corpo produzindo e reproduzindo variadas imagens dos negros e de seus descendentes, dos seus modos e maneiras de vida.⁵

Esses debates e discussões diziam respeito a um “*regime de verdade*” que se estabelecia na sociedade brasileira, ao final do século XIX e nos primórdios do XX, cujo desdobrar revela os meandros das relações entre os variados discursos sociais, as construções das identidades coletivas e individuais, bem como a problemática das configurações do saber/poder nesse período. Segundo Michel Foucault, esses elementos podem ser desconstruídos em termos de poder.⁶ Trata-se, portanto, de considerar para além do aspecto repressivo a positividade do poder/saber como uma “rede produtiva que atravessa o corpo social” que “forma saber”, “produz discurso”.⁷

5. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987. Sobre os espaços e imagens ocupados pelo assunto “os negros” nos jornais, ver p. 99 a 245.

6. FOUCAULT, Michel. *A história da sexualidade: a vontade de saber*, Rio de Janeiro: Graal, 1988, vol. 1. Ou seja, em termos de uma “multiplicidade de correlações de forças imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram uma nas outras, formando cadeias ou sistemas ou, ao contrário defasagens e contradições que as isolam entre si, enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemônias sociais” (p. 89).

7. FOUCAULT, Michel. Verdade e poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979. “[...] isto é, os tipos de discurso que acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro” (p. 8).

Contudo, de outro lado, também é preciso ter em conta o emaranhado dos diversos discursos sociais no seio das lutas ideológicas, e observar que uma verdade é produto do poder, isto é, que uma verdade é produzida graças às múltiplas coerções sociais e que, ao mesmo tempo, tal verdade produz efeitos de regulamentação de poder, constituindo-se, desse modo, uma rede de verdades e de poderes, um “regime de verdade”, que permeia cada sociedade. Ou seja, trata-se de levar em consideração que cada época e “cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade”.⁸

No final do século XIX e nos primórdios do XX, esse “regime de verdade” estabelecia-se mundialmente, em grande parte, através das atividades técnicas e dos procedimentos científicos. Na sociedade brasileira, tal qual na maioria das sociedades ocidentais, o conhecimento técnico-científico alavancava a construção e a configuração dos diferentes saberes, bem como a disposição dos diversos poderes que diziam respeito à organização da sociedade. Os saberes jurídico e médico, por exemplo, reivindicavam cada vez mais a sua competência no trato da realidade social e apontavam os impasses e as soluções para o futuro da nação, apelando para o discurso científico. A Ciência modelava as gloriosas verdades povoadas de sonhos de ordem e progresso pelas quais a humanidade caminhava em direção a um futuro brilhante, ao prometer-lhe a resolução de todas as suas mazelas e a completa satisfação de todas as suas necessidades.

Evidentemente, a configuração desse “regime de verdade” identificava-se com os valores civilizatórios das sociedades européias ocidentais. As questões postas por esses valores marcavam a sua presença no cotidiano das transformações das cidades brasileiras, entre as quais São Paulo, ao se configurarem como uma faceta das “estratégias” de disciplinarização, normalização ou, ainda, de marginalização e exclusão social de certos grupos das populações urbanas: as alteridades presentes na incipiente Babel moderna, ou seja, aquelas sociabilidades que não se encaixavam no anseio das elites dominantes de integrar o Brasil ao “mundo civilizado”, foram alvo das atenções e das preocupações daqueles que deviam planejar, administrar e controlar a cidade internacionalizada que parecia surgir na esteira do crescimento da economia cafeeira.

Tratava-se de encontrar as formas de estancar, controlar e eliminar focos de “degeneração” que, na visão das elites dominantes, grassavam no seio da

8. FOUCAULT, Michel. Verdade e poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 12

sociedade paulistana. Nas tentativas de disciplinarização e normalização da população da cidade, maior atenção foi dada aos negros e mestiços, às suas práticas culturais e aos seus modos de vida, em virtude dos preconceitos inerentes às teorias raciais que permeavam o imaginário dos setores dominantes da sociedade. Referendados por todo um conjunto de saberes que assumiam cada dia mais os critérios técnico-científicos da época, os maiores estigmas recaíam sobre ex-escravos e seus descendentes, enfim, sobre as práticas, crenças e costumes que perpassavam o cotidiano de suas vivências na cidade.

As pessoas de raça negra, recém-saídas do cativeiro, eram consideradas “criaturas de raça inferior”, “perniciosas”, tanto no aspecto mental quanto no aspecto cultural, para a “ordem” que se pretendia estabelecer. Aliás, convém lembrar que, para além das premissas simplesmente econômicas da formação do trabalho livre, as teorias raciais, sua adoção pelos membros das elites dominantes, bem como os preconceitos e as práticas de exclusão social decorrentes dessa adoção, influenciaram e impregnaram a própria política imigrantista que trouxe para a região Sudeste o enorme contingente de imigrantes europeus.⁹

Forjara-se durante a crise final do regime escravocrata, em face das incertezas, das vicissitudes e das contingências geradas pela ruptura iminente da ordem social, bem como diante das condições postas pelas teorias raciais científicas vigentes, além da ameaçadora representação de uma massa despossuída a vagar pelas ruas e esquinas das cidades, a percepção de que a maioria daqueles que a comporiam seriam os “selvagens”, “bárbaros”, “primitivos”, “ignorantes” escravos que lutavam por sua liberdade. No momento da Abolição, a ameaça “anônima” de anarquia que pairava sobre a nação se cristalizava e configurava-se na imagem e nas representações construídas em torno dos ex-escravos e de seus descendentes como agentes da desordem social. Naquele momento, vingava a idéia de que os negros e mestiços representavam um enorme empecilho e uma séria ameaça a que a nação seguisse pelos caminhos da normalidade de uma rota que levasse o Brasil em direção ao progresso e à civilização do mundo ocidental.¹⁰

Assim, o Código de Posturas Municipal do ano de 1886 já manifestava esse desejo das elites dominantes em proibir as práticas relacionadas à vida da

9. AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco; o negro no imaginário das elites — século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 29.

10. TRINDADE, Liana Maria Sálvia. *Construções míticas e História: estudos sobre as representações simbólicas e relações raciais em São Paulo do século XVIII à atualidade*. São Paulo: FFLCH/USP, Depto. de Antropologia, 1991, p. 71. Tese de livre docência.

comunidade negra da cidade de São Paulo: as quitandeiras deviam sair das ruas e esquinas, porque atrapalhavam o trânsito; os mercados existentes precisavam ser transferidos das áreas centrais para periferia, porque afrontavam os padrões culturais cultivados pelas elites dominantes, e os pais-de-santo deveriam ser perseguidos, por exercerem as atividades supersticiosas de “embusteiros que fingem inspiração por algum ente sobrenatural”¹¹. Na visão das elites dominantes, as práticas e crenças populares atestavam a existência de um modo de vida “bárbaro” e “atrasado” no seio da sociedade paulistana que, evidentemente, não se coadunava com a modernidade exigida no processo de urbanização tal qual preconizado nos projetos e planejamentos dessas elites. Para elas, essas práticas socioculturais conspurcavam o ambiente paulistano de tal maneira que denegriam São Paulo e o Brasil perante os olhos da civilização moderna.

O saber médico também se constituía em um guardião da sociedade, cujos poderes e saberes indicavam os elementos de “degeneração” social e, simultaneamente, prescreviam a disciplina necessária para a rápida eliminação de tais fatores de “desordem”, enfatizando, através de seus ensinamentos, os elementos que deveriam ser combatidos a todo custo para se alcançar a civilização e a modernidade. Na edição de 14 de junho de 1890, o jornal *O Estado de São Paulo* publicava um artigo do Dr. Theodoreto Nascimento, que, alguns meses antes, em campanha pela legalização da profissão médica, encaminhara uma representação assinada por seus pares a favor dessa proposta ao governo provisório da República.¹² No seu artigo, publicado na segunda página daquele jornal, esse médico ironizava, com carregadas tintas, a *sciencia de tisanas, gramíneas e resas* dos curandeiros, dos rezadores e dos feiticeiros que habitavam a cidade de São Paulo.

Contudo, apesar das ironias e das tintas carregadas ou, ao contrário, exatamente por causa delas, podemos afirmar que esse imaginário social considerava bastante ameaçadores os encontros religiosos dos ex-escravos e de seus descendentes. Segundo Liana Trindade, para as elites dominantes coetâneas, era “atemorizante, sobretudo, o fato de haver formas societárias nestes encontros, propiciando a reunião de negros e a construção e propagação de um tipo de conhecimento que escapa ao controle da sociedade dominante”.

11. ROLNIK, Raquel. “Territórios negros em São Paulo”. *Folha de São Paulo*, Folhetim, 28.09.86.

12. *Correio Paulistano*, 13.02.1890 e 01.03.1890.

Se, durante “o período da consolidação do sistema escravocrata, os cultos africanos eram tolerados [...] agora que os negros não estão mais integrados à rigidez de um sistema estruturado, estes cultos passam a ser considerados uma ameaça social”.¹³

Assim, na promulgação do Código Penal de 1890 as manifestações das crenças mágico-religiosas afro-brasileiras foram enquadradas em leis que coíbiam o exercício ilegal da medicina, o curandeirismo, a prática do espiritismo e da magia e sortilégios.¹⁴ Tornadas casos de polícia de modo mais efetivo, as crenças e práticas culturais de amplas camadas da população pobre das cidades brasileiras passaram a ser alvo das atividades não só dos médicos como também das forças policiais. Na passagem para o regime republicano, na transição para a mão-de-obra assalariada, tais crenças e práticas passavam a se configurar também como um empecilho à disciplinarização e à normalização da população do país nos moldes dos valores burgueses das sociedades e nações européias, isto é, como um obstáculo à modernização do Brasil, à inscrição do país nos quadros da civilização ocidental, continuando, dessa maneira, a ser perseguidas, talvez com maior intensidade e intolerância do que antes.

Na cidade de São Paulo, cosmopolita, moderna e nascente metrópole, um amplo espectro de práticas era enquadrado na letra da lei. Vários casos de feitiçaria, curandeirismo e prática ilegal de medicina eram noticiados pelos jornais paulistanos nas colunas dos *factos diversos* e da *vida diária* da cidade, demonstrando, assim, o zelo e a competência das autoridades públicas em eliminar tais “barbarismos” se esses ousassem medrar “por acaso” entre os habitantes da nascente “metrópole do café”. De modo que, em 04.09.1906, o jornal *Correio Paulistano* publicava a seguinte notícia:

“Feitiçaria”

O delegado [...] tendo conhecimento de que o pardo José de Oliveira e sua mulher Carolina de Oliveira, moradores num casebre existente na rua Coelho, nas proximidades do Matadouro, se entregavam a toda sorte de bruxaria, effectuou alli uma busca, apprehendendo grande parte de ingredientes e quinquilharias empregados neste mister.

13. *Ibidem* p. 73

14. *Apud* MAGGIE, Yvonne. *Medo do feitiço: relações entre magia e poder no Brasil*, Rio de Janeiro: Museu Nacional da UFRJ, 1988. Tese de doutorado (mimeo.). Código Penal de 1890, Decreto de 11 do outubro de 1890, artigos 156, 157 e 158. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.op. cit., p. 3-4, em nota de rodapé n°. 3.

Jose de Oliveira, que ha 4 annos exerce esse meio de vida, esteve antes residindo em Jundiahy, onde explorava abertamente os incautos, dizendo que curava qualquer doença e arranjava tudo, que se desfaz-se até casamentos ricos.

As pessoas doentes José applicava taes charopadas, que, em vez de produzir melhoras, aggravavam mais a enfermidade fazendo, ás vezes, succumbir o cliente.

Sobre o facto foi aberto o competente inquerito, em que depoz o menor Francisco Amelio, espia dos feiticeiros.¹⁵

Em 1911, era a vez d'*O Estado de São Paulo* destacar o zelo da atuação das forças policiais paulistanas na repressão aos “barbarismos” das práticas mágico-religiosas existentes na urbe, noticiando que:

Não ha muitos meses tivemos a ocasião de noticiar as proezas de um espírito que sob o nome de ‘Pae Jacob’, se apresentava em uma casa da rua Bresser, fazendo ‘curas milagrosas’ e resolvendo os problemas mais difíceis da vida. A polícia interview e o velho ‘Pae Jacob’ que apparecia sob a forma de um negro, nunca mais se manifestou em S. Paulo, chegando agora informações de Santos de que ele já iniciou ali ‘aproveitosa apparição’. ‘Pae Jacob’ a primeira vez que se revelou aos médiuns santistas, disse que não apparecia mais em S. Paulo porque [...] a polícia se havia intrometido com as suas sábias lições, privando os espíritos paulistas da única pessoa que lhes podia salvar de um perigo imminente, como seja o da ‘introdução do diabo no corpo dos mortais’ [...] Ainda no Brás se comentam esses fatos e já o ‘Pae Jacob’ terá que se haver novamente com a polícia.¹⁶

Assim, outra notícia publicada no *Correio Paulistano*, no início do ano de 1907, corrobora a estigmatização e discriminação a que estavam sujeitos os indivíduos de raça negra na cidade de São Paulo e os preconceitos que cercavam suas atividades e experiências cotidianas no espaço urbano. Essa fonte revela-nos as tensões, a intolerância e as representações negativas do imaginário social que cercavam as atividades mais comezinhas da população de origem negra no viver cotidiano da cidade, na *Belle Époque*. Talvez tenha sido

15. *Correio Paulistano*. 04. 09. 1906

16. Apud NEGRÃO, Nogueira Lísias. *Entre a cruz e a encruzilhada: formação do campo umbandista em São Paulo*, São Paulo: Edusp, 1996. p. 60–61.

apenas essa forte pecha de “superstição” que cercava as atividades dos indivíduos de ascendência africana — cujo arrebatamento impregnava o ambiente citadino com suas conotações de “barbarismo”, “ignorância” e “desordem” — o elemento que produziu a fagulha necessária para detonar um conflito que chamou a atenção da autoridade policial. Tal conflito acabou se desdobrando na prisão do negro Francisco Ieno, morador à rua Pires da Motta, e deu origem à notícia publicada pelo jornal.

Em Polvorosa

O preto Francisco Ieno, morador à rua Pires da Motta, numa pequena casinha, ha muito tempo vive sob a fiscalização do mulhério das redondezas, por suspeito de fazer feitiçarias.

Hontem á noitinha, uma mulher que vinha para sua casa, divisou o preto Francisco Ieno occulto atraz de um barranco e ouviu umas pancadas leves sobre madeira.

Com o espirito sobressaltado, a mulherzinha procurou descobrir o que fazia o preto e, conseguido o seu intento, recuou cheia de assombro.

Francisco Ieno entregava-se á construcção de um caixão mortuario!

A mulher em questão ‘poz a bocca no mundo’ e, em poucos instantes, todas as mulheres e crianças das redondezas berravam contra o preto, pretendendo trucidal-o.

Quando o escandalo já tomava proporções assustadoras interveiu um soldado, que effectuou a prisão do preto Francisco Ieno, conduzindo-o, juntamente com o caixão á presença do sr. dr. Theophilo Nobrega 2º. delegado que tomou conhecimento do facto.

Interrogado o preto, declarou á auctoridade que o caixão era destinado a deposito de agua, mas, apesar da explicação, Ieno foi recolhido ao xadrez.¹⁷

Tratava-se das tensões postas no ambiente citadino. Naquele momento, a cidade de São Paulo vivia um processo de urbanização tumultuário, em que podemos notar a presença dos múltiplos ritmos e temporalidades, bem como a existência de múltiplas sociabilidades no seu solo permitem que interpretemos a urbe como uma imensa e contraditória “floresta de símbolos”, cujo emaranhado de elementos socioculturais possibilita-nos uma reflexão sobre os meandros da constituição de nossa sociedade e da configuração histórica

17. *Correio Paulistano*. 28.01.1907.

de nossas cidadanias. Podemos interpretar a cidade como um imenso cipóal em que se entremeavam múltiplos clivagens, recortes, escalas, sistemas de conhecimentos e nuances socioculturais, cujo entrelaçamento permite que compreendamos a diversidade dos encontros e desencontros presentes no “fazer-se” da sociedade brasileira. A sutil configuração do racismo e da exclusão social perpassava as experiências dos atores sociais que viviam na nascente cidade cosmopolita.

Se a história do cotidiano daqueles atores sociais foi marcada pelos encontros e desencontros presentes no solo paulistano daquela época, devemos lembrar que, ainda hoje, apesar da crescente padronização do modo de vida por toda a parte, o solo citadino ainda permanece como sendo um imenso cenário aberto a diferentes experiências de vida, que nos possibilita perceber as ambigüidades, tensões, conflitos, identidades, diferenças e múltiplas temporalidades existentes no mundo que herdamos, que construímos, que partilhamos com outras pessoas e onde vivemos, como atores sociais que somos, as diversas vicissitudes e circunstâncias que acabam por constituir os fundamentos de nossa existência. Quem sabe admitindo as trágicas “heranças” de nosso passado escravista, os meandros da configuração do racismo e da exclusão social da sociedade brasileira, possamos por fim começar a enfrentá-los e construir os fundamentos de uma existência melhor, em que as diferenças, clivagens, recortes e nuances sejam apenas expressão das heterogeneidades na igualdade de uma vida em comum.

• • •

FONTES

Correio Paulistano.
O Estado de São Paulo.

BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco; o negro no imaginário das elites — século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FERNANDES, Rubem César. Aparecida: nossa rainha, senhora e mãe, saravá! In: SACHS, Viola (org.). *Brasil & EUA religião e identidade nacional*, Rio de Janeiro: Graal, 1988.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*, 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

FOUCAULT, Michel. Verdade e poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

——— *A história da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988. Vol. 1.

MAGGIE, Yvonne. *Medo do feitiço: relações entre magia e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Museu Nacional da UFRJ, 1988. Tese de doutorado (mimeo.).

NEGRÃO, Nogueira Lísias. *Entre a cruz e a encruzilhada: formação do campo umbandista em São Paulo*. São Paulo: Edusp, 1996.

ROLNIK, Raquel. “Territórios negros em São Paulo”. *Folha de São Paulo*, Folhetim, 28.09.86.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

——— *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil — 1870–1930*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

TRINDADE, Liana Maria Sálvia. *Construções míticas e História: estudos sobre as representações simbólicas e relações raciais em São Paulo do século XVIII à atualidade*. São Paulo: FFLCH/USP, Depto. de Antropologia, 1991. Tese de Livre Docência.